

	Programa de Melhoramento Genético Animal do Estado do Pará (Pró-Bovideos)	-	Promover a bubalinocultura leiteira na região do Marajó (maior arquipélago do mundo e que concentra o maior rebanho bubalino do Brasil), em atenção aos pequenos produtores que fornecem a matéria prima (leite) para os produtores do queijo marajoara.	Trazer melhorias para a cadeia produtiva da bubalinocultura leiteira, com emprego de técnicas que venham somar para o programa de recuperação econômica do Marajó. Para isso, serão utilizadas tecnologias voltadas aos manejos sanitário, reprodutivo e boas práticas de produção; Fomentar melhoria genética bovina de leite e corte, onde a Sedap faz aquisição de sêmens de touros de alto valor genético que serão utilizados para melhorar o rebanho Paraense, com atenção aos pequenos e médios produtores.
	Projeto de Transferência e Difusão da Produção Integrada de Abacaxi no Estado do Pará	-	Implantar o Manejo da Produção Integrada no Cultivo do abacaxizeiro nas Mesorregiões Sudeste Paraense e Marajó, principais regiões produtoras do Estado.	Orientar produtores rurais acerca do conjunto de técnicas voltadas à produção de alimentos de alta qualidade, utilizando técnicas de manejo das culturas que assegurem a manutenção dos mecanismos de regulação natural da cultura e das pragas.
	Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva das Abelhas no Pará (Pró-Abelhas)	Lei Nº 7.055, de 12 de novembro de 2007	Atender e desenvolver a cadeia da Apicultura e Meliponicultura nos municípios paraenses.	Programas, planos e projetos oficiais de desenvolvimento e expansão da apicultura, formatados em parceria com as entidades de classe dos apicultores e outras organizações não governamentais da área de interesse.
	Unidade Técnica Estadual (UTE) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Lei Nacional Complementar nº 93/98 Decreto Nacional nº 4.892/2003	Assegurar e definir competências quanto ao apoio e execução do PNCF, de acordo com as normas contidas no manual de operações do programa e no regulamento operativo do fundo de terras e da reforma agrária, estabelecendo as condições necessárias ao financiamento das propostas para a aquisição de terras e a realização de subprojetos de investimentos comunitários ou de subprojetos de investimentos básicos.	Oferecer condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. Os recursos ainda são usados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo e na contratação de assistência técnica e extensão rural (Ater). Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma.
SEDUC	Programa Avança Pará	Lei Nº10.053, de 13 de setembro de 2023	Combater a fome, acelerar a aprendizagem e reduzir o desmameamento no Estado do Pará.	Combate à Fome, com investimento de US\$ 100 milhões para ações da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER); Aceleração da Aprendizagem, com investimento de US\$ 100 milhões para ações da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC); Florestas em Pé, com investimento de US\$ 70 milhões concentrado em ações da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS); Fortalecimento Institucional, com US\$ 10 milhões para investimentos na gestão das atividades, Sistemas integrado de informações, e apoio à organização da COP30 em Belém.
SEMAS	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará (Pará 2030)	Decreto Nº 1.570, de 29 de junho de 2016.	Promover o crescimento econômico-sustentável do Pará mediante o fortalecimento de cadeias produtivas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do estado; Fomentar a internalização no mercado paraense de compras públicas e privadas; Identificar potenciais de melhoria para a infraestrutura local, visando a ampliação da capacidade de escoamento do estado; Fomentar a verticalização e inovação no território paraense das cadeias produtivas; Estabelecer novos mecanismos de governança no âmbito da gestão pública e fóruns de discussão com o setor privado e sociedade civil organizada.	Sistema Integrado de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentabilidade do Estado do Pará (SIDESS); Unidade de Gestão Pará 2030 (espaço de articulação institucional e não orçamentária); Órgãos e entidades estaduais pertencentes à Administração Pública Direta indireta, com a finalidade de executar e fazer executar as ações fixadas no Programa Pará 2030.
Política Estadual de Mudanças Climáticas do Pará (PEMCP)	Lei Nº 9.048, de 29 de abril de 2020.	Integrar o esforço global e promover medidas para alcançar as condições necessárias à adaptação e à mitigação aos impactos derivados das mudanças do clima.	Fomento à gestão pública sustentável (criação de programas e ações que incentivem o consumo sustentável, bem como a integração dos servidores públicos às políticas socioambientais vigentes). Estabelecimento de instrumentos de educação, pesquisa e inovação (seja por meio do desenvolvimento de ações de educação e de conscientização ambiental nas instituições de ensino do estado; e/ou da criação de centros de inovação e de pesquisa voltados para a proposição de medidas de mitigação e de adaptação aos efeitos provenientes das mudanças climáticas). Elaboração periódica de instrumentos de transparência pública e de comunicação (como inventários de gases de efeito estufa; e relatórios de diagnóstico e de gestão de mudanças climáticas); Estabelecimento de instrumentos econômicos, financeiros e fiscais (através de: doações realizadas por entidades públicas, privadas, nacionais ou internacionais; dotações orçamentárias específicas para ações de mitigação e de adaptação climáticas; recursos de estratégias econômicas e de fundos públicos ou privados nacionais ou internacionais; incentivos fiscais e financeiros, linhas de crédito e financiamento específicos; pagamento por serviços ambientais; recursos provenientes de contratos de gestão e de convênios elaborados com órgãos e entidades das Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal; redução de emissões provenientes do desflorestamento e da degradação florestal; e selos para certificação de produtos produzidos de forma sustentável); Publicação do Plano Estadual sobre Mudanças Climáticas (contendo: diagnóstico atual dos estoques de carbono florestal, das fontes e das remoções de gases de efeito estufa no Estado; mapeamento das vulnerabilidades e das suscetibilidades aos impactos esperados das mudanças climáticas e respectivos prognósticos; estratégia estadual de transição para a economia de baixo carbono; e planos setoriais).	Política Estadual de Mudanças Climáticas do Pará (PEMCP)